

Corpo, cidades e movimento

Body, cities and movement

Helmir Oliveira Rodrigues¹
UFF

Resumo: Este estudo propõe algumas reflexões sobre o pensar o corpo como produto da história, como instância de atravessamentos de múltiplas forças e de como um modo de se encarar o corpo, em um determinado espaço-tempo histórico, também produz modos de se organizar urbanística e arquiteturalmente uma cidade. Partindo de análises dos livros *Carne e Pedra* (SENNETT, 1994/2006) e *Corpos de passagem* (SANT'ANNA, 2001/2005) buscou-se discorrer sobre as relações entre corpo, cidades e movimento, em um contexto histórico que abrange a era moderna e contemporânea ocidental, procurando entender que modos de vida essa relação produziu e produz até os nossos dias.

Palavras-chave: corpo; história; cidades.

Abstract: This study proposes some reflexions over thinking the body as a product of history, as an instance in which crosses multiple forces and as how some way to face the body, in a certain historical space and time, also produces some town's manners of organization, urban and architecturally. Based on the analysis of the books "*Carne e Pedra*" (SENNETT, 1994/2006) and "*Corpos de passagem*" (SANT'ANNA, 2001/2005), this paper tries to discuss the relations among bodies, cities and movement, within an historical context that covers the occidental modern and contemporary eras, seeking to understand which modes of living those relations produced and still produce until nowadays.

Keywords: body; history; cities.

Introdução

Partindo da premissa do corpo como um produto que se dá a partir do atravessamento de múltiplas forças, dentro de um determinado momento histórico, que está em movimento, no espaço-tempo e em constante transformação, a qual se dá em concomitância com as mudanças que se dão no meio social, - mesmo porque não há como separar os corpos, os indivíduos, do meio social em que vivem -, assim como pensava Elias (1994), não existe uma dicotomia entre indivíduo x sociedade. O indivíduo é parte da rua que o rodeia e essa rua também é parte do indivíduo; eles se cruzam, se chocam, e é dessa relação que se produz novos indivíduos e novas formas de se viver em sociedade. Sendo assim, pensar a produção dos corpos a partir da emergência de formas de urbanização, de organização das cidades ou mesmo o contrário, isto é, de que forma a emergência de novos corpos produzem outras formas

¹ Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe e Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: helmirpsi@msn.com

de se pensar a estrutura urbana de uma cidade, leva em conta essa não dicotomização indivíduo x sociedade.

Em variados momentos da história do ocidente, se percebe o quanto o modo de concepção do corpo produziu mudanças ou transformações nos espaços urbanos e na sua arquitetura. Autores como Richard Sennett em seu livro *Carne e Pedra* (1994/2006) e Denise Sant’Anna em seu livro *Corpos de passagem* (2001/2005) trazem reflexões sobre essas questões.

A função da história

Pensar o corpo como um produto histórico é levar em conta que a dimensão histórica possibilita compreender que as coisas não existem por si, que não têm uma essência natural, mas que são efeitos de processos de “filtragens” de práticas sociais. Mas apenas sinalizar de que se trata de um produto da história, não é algo suficiente. Os modos de fazer história são variados e, a depender da concepção utilizada, as formas de pensar o tempo, o objeto e as fontes desse campo de saber também serão diferentes. Desse modo, é preciso que nos dediquemos, de forma breve, a clarificar sobre que tipo de história servirá como base para discorrer este artigo.

Comumente, tem-se a história como um campo de estudos sobre fatos passados. Sua função seria, meramente, narrar os fatos que aconteceram em um tempo diferente do que se tem por atual, no qual são traçados os acontecimentos, em uma cadeia linear, contínua e casual, ou seja, todos os fatos do presente foram gestados em algum ponto longínquo do passado e, caso esta semente primeira seja encontrada, teremos todas as respostas sobre o por quê de vivermos de uma determinada forma ou por que certas coisas e não outras acontecem. Além de buscar a origem de todas as coisas, tal história é contada sob a perspectiva de grandes nomes, de cada época, os quais, geralmente, são pessoas que ocupavam cargos oficiais como reis ou generais, tomavam como fontes documentos oriundos de órgãos de Estado ou monárquicos. Ao narrar a história sob o ponto de vista da vida desses grandes personagens, toma-se tais fatos como a verdadeira história de determinada sociedade e sobre os fatos presentes; um tipo de história a qual o pensador francês, Michel Foucault (1969/2005) chamou de história tradicional.

Michel Foucault, na introdução da *Arqueologia do saber* (Foucault, 1969/2005), faz uma explanação sobre algumas modulações que percebia estar acontecendo no campo da história. Esse tipo de acontecimento provocava efeitos que abriam a possibilidade de pensar outra função para esse saber. O acontecimento em questão era a mudança de olhar quanto à descontinuidade. A história tradicional sempre se preocupou com a cronologia e linearidade dos fatos até o presente, tudo que fugia a isso era descartado, visto como não-lugar da história, como espaço daquilo que não era passível de ser estudado. Um tipo de história que se pautava em uma busca de uma explicação, da verdade no passado sobre o presente, que permitiria, assim, um futuro promissor – não cometer os mesmo erros do passado –, história sem fissuras e sem fugas, intitulada como história tradicional.

A percepção da descontinuidade como outro possível campo de análise da história, se dá, segundo Foucault (1969/2005), pelo advento de uma nova percepção sobre o jogo de produção de diferenças, o que põe a história como um saber que se vê atravessado por um jogo de múltiplas forças, do qual acontecimentos singulares emergirão, a depender do tipo de jogo (Albuquerque, 2007). O descontínuo desponta como um dos elementos primordiais nos estudos de história, como algo não mais menosprezado. O investimento nesse campo abre possibilidades para a construção de uma história chamada, por Foucault (1969/2005), de história geral, isto é, aquela que traz como problema determinar as condições possíveis de relação entre as séries, os limites, as rupturas que compõe um acontecimento.

Esse novo modo de pensar a história, defendido por Foucault, traz uma série de modulações no tocante à noção de documento histórico, tempo - no caso, o descontínuo - e do objeto em história. Quanto ao documento, não mais se questionará sobre sua veracidade ou falsidade - indagação da história tradicional, que só utilizava os que eram considerados verdadeiros. O que se coloca como importante é buscar, nos documentos, algo singular, fazer pulular aquilo que o diferencia de outros documentos; pôr esse documento, nesse emaranhado de forças da diferença, estabelecendo seus limites e relações possíveis com outras séries.

Segundo Rago (2002), essa nova história proposta por Michel Foucault provocou, no saber da história, novas problematizações quanto à questão do “real”. Para o pensador francês, estaríamos acostumados a uma concepção totalizante e globalizada, que permitia pensar, somente, em uma única forma de realidade, que seria estudada. Desse modo, ele propõe que indaguemos o que se entende por “real” e que tipo de relações estabelecemos com ele (Foucault, 2006). Além dessa problemática do real, ele apresenta outros problemas de cunho metodológico, antropológico, linguístico e possibilita que novos problemas se produzam ao desenrolar da prática histórica.

No que diz do objeto em história, um novo olhar sobre ele se faz. Tal como afirma Albuquerque Júnior (2007), o objeto passa a ser visto como um acontecimento, como algo que fulgura em um determinado momento da história, sendo dotado de um caminho tortuoso, no qual vai sofrendo modulações, sendo redefinido, dissolvendo-se. O objeto em história não é mais visto como fixo, natural, pois esta característica demanda que ele carregue consigo uma explicação em si mesma, escondido em um ponto obscuro, no qual, se utilizarmos as ferramentas corretas, encontraremos a sua verdade primeira.

Com Foucault, trata-se de tomar o objeto como algo desnaturalizado, imerso num tempo conflituoso, no qual, através de um olhar minucioso, é possível apreender o momento em que ele desponta como algo que possa ser denominado como um fato histórico. O objeto é sempre de uma política, ou seja, a forma como se dá a sua apreensão está intrinsecamente relacionada ao nosso tempo, a toda uma rede de forças que nos atravessa e que implica um modo específico de pensamento (Albuquerque, 2007).

A intenção, assim, não é desvendar o objeto, saber o que está por trás dele. Quer-se despedaçá-lo, desmitificá-lo, desconstruí-lo, para daí produzimos novas formas de encará-lo, tomando-o como acontecimento, ou seja, como algo singular, que possui seus

nós, suas consistências, tessituras. Estas características é que nos permitem tomar o objeto como algo desnaturalizado, que, para capturar, faz-se necessário um olhar paciente, metódico, que conta com o acaso, e que deve se pôr na espreita onde o acontecimento possa emergir.

Não haveria, para o pensador francês, nenhum objeto histórico que não fosse encarado como um acontecimento, que emergiu em uma determinada época histórica, se dissolveu e passou por mudanças de contorno, de significações e por fissuras mais adiante. Esses acontecimentos se fundam nas práticas. O passado não é uma coisa que está dada e que se pode narrar o que realmente aconteceu; ele também emerge dos combates estratégicos-políticos e toma formas múltiplas, a depender de quem o manipule, não sendo essa ação algo voluntarista ou conspirativa. Sendo assim, não há como ver as coisas como naturais, verdadeiras, justas em si.

Ao cutucar, vasculhar, certas camadas que constituem um dado ser é que podemos perceber de que forma elas emergiram, de que forma se deu um dado acontecimento. Os fatos históricos não são fixos, não existem *per se*, eles são construídos nas dispersões de práticas, que se entrecruzam e criam condições para que haja emergências de certos discursos, que podem ou não se cristalizar e delinear certa forma ao passado.

Temos em Foucault uma contraposição à história tradicional, a partir de sua proposta de uma história que se coloque como efetiva. A história efetiva tem como função abalar as estruturas vistas como fixas, sólidas, imóveis, provocando nelas fissuras. Não quer apontar constâncias, mas discontinuidades. O acontecimento é visto a partir de uma condição singular. Nessa história efetiva, há uma preocupação quanto àquilo que está próximo, que a rodeia, que passa despercebido e a faz vibrar. Uma história baixa, cinzenta, pois se volta para aquilo que é descartado.

A função da história em Foucault é mostrar que aquilo que é nem sempre foi da forma que se tem, como natural, que se dá na confluência, no acaso dos encontros ao longo da história. Sendo assim, são passíveis de serem historicizadas para, assim, mostrar como e de que forma se constituíram (Rodrigues, 1998). Segundo Albuquerque Junior (2007), Foucault faz a história dos termos, dos enunciados, de categorias de visibilidade e dizibilidade que, em cada época, instituíram quais as coisas a serem vistas e ditas. Ao fazer a história de como se constituiu uma dada experiência, como ela foi possível, por exemplo, como se dá a produção de corpos em relação à questão da urbanização das cidades, ele se remete a momentos específicos em que essa experiência se torna um acontecimento, buscando nisso não uma fundamentação para essa experiência, mas desacreditá-la como uma verdade, como algo natural. Enfatizam-se as discontinuidades, as fissuras que existem nessa experiência.

A experiência em Foucault é uma inquietação que se torna um tipo de ponto de partida para seus estudos historiográficos. É aquilo que percebemos acontecer a nossa volta e que, ao mesmo tempo, vemos, nessas coisas, fissuras, pontos de abalos, que nos fazem querer entender como veio a se constituir essa dada experiência: que tipo de sujeito esta experiência produz; quais condições históricas puderam tomar uma experiência como sendo de um sujeito. Para Foucault (1980), a experiência é aquilo que desprende o sujeito de si mesmo; ela empreende um processo de des-subjetivação. Uma

experiência como aquilo do qual se sai transformado, fazendo com que o sujeito não se veja mais como sendo ele mesmo, que o impede de sê-lo.

Outro ponto importante de pensar a história do corpo, a partir de Foucault, é que ele coloca o corpo na história, algo que havia sido relegado por um bom tempo pelos historiadores e pensadores das ciências humanas. O corpo aparece com uma instância de inscrição dos acontecimentos históricos, em que o eu se dissolve, um espaço em pleno devir.

A história pensada, a partir de Foucault, nos dá as condições de pensarmos de que forma um dado sujeito se constitui historicamente; quais forças, que estão silenciadas estrategicamente, agem sobre ele e o cristalizam. Como sinalizado, o corpo é tido como espaço no qual as forças históricas agem sobre, moldando-o, de acordo com o que se consolida como verdade em cada época.

No caso deste artigo, tal modo de pensar nos possibilita problematizar o corpo como uma instância que se configura a partir de determinadas relações de forças, dentro de um determinado momento da história e atravessado por forças discursivas singulares. Ou seja, modos de se conceber a cidade, sua arquitetura, as formas de se locomover, de ocupar os espaços, são ações que têm efeito sobre os corpos, ao passo em quem exigem uma maneira específica de conduta, ela acaba por ditar o que pode ou não ser feito e mais, como deve ser feito. Essas modulações não são impostas de cima para baixo, mas se dão nas práticas cotidianas de estar na cidade, nos pequenos acontecimentos, nas relações mais mezinhas.

Com isso, ao se propor uma reflexão quanto à relação entre corpo, cidade e movimento, este artigo toma as ferramentas dessa história foucaultiana como algo estratégico para pinçar, a partir dos rastros apontados por Sennett (1994/2006) e Sant’Anna (2001/2005), esses acontecimentos que apontam as fissuras no tempo que possibilitam que novas formas de pensar essa relação despontem, fazendo com que seja necessário outro corpo, outra cidade, outro movimento. Não se intenta, então, que essa breve história que se segue, seja um mero relato de fatos ocorridos em outro tempo. A proposta é que as reflexões, aqui empreendidas, sirvam para intensificar problematizações acerca dos modos de vida atuais.

Assim como propõe Foucault e sua história efetiva, o que se quer aqui é trazer à tona um caráter ético, que nos permita pensar o que estamos fazendo de nós mesmos. Pensar sobre esse conhecimento de si como um “si” que é produto de jogos do acaso e que em determinadas condições emergem, acontecem e permanecem como verdade, mas que, por seu caráter histórico, pode muito bem ser mudado.

Sendo assim, uma história pensada desse modo nos dá ferramentas para problematizar, não somente a questão do corpo e da cidade, mas as diversas formas de constituição da vida; pensar de que modo os arranjos discursivos sobre as maneiras como devem ser estabelecidas as normativas de se habitar uma cidade, os tipos e formatos de habitação, bem como os estilos de circulação demandam e constituem um tipo específico de corpo.

O corpo e suas forças

Em Manguiera (2001), também temos uma afirmação do corpo como uma instância de inscrição de acontecimentos, de atravessamento de forças. Segundo ele, existem dois tipos de forças: forças ativas e forças reativas.

Os corpos não estão isolados um dos outros, eles se chocam, estão sempre em contato um com os outros; sendo assim, uma força está sempre em contato com outra. E, nesse movimento, uma força sempre tende a re-agir a outra. Toda ação de forças produz uma re-ação de outras forças. O que vai fazer que um corpo seja ativo é a capacidade de ativar essa re-ação a outras forças que o atravessam. Em um corpo ativo, encontram-se também forças reativas, que estão sobre um controle das forças ativas que pode ativá-las ou não.

Um corpo reativo difere do ativo, porque nele o que predomina é a força reativa sobre a ativa, que fica impossibilitada de ser acionada. Nesse movimento, o corpo não mais re-age sobre forças outras que o perpassam: sua ação é convertida em sentimento.

A ação de forças sobre um corpo é um sentir. Em um corpo ativo, esse sentir emerge da exterioridade do ato, da relação que se dá entre as forças. Em um corpo reativo, esse tipo de ação é interiorizada, ou seja, “sem poder reagir, impossibilitada da ação, a força dobra-se sobre si, convertendo a ação-sentida em sentimento” (MANGUEIRA, 2001, p.108).

Nessa prevalência das forças reativas sobre as forças ativas, produz-se um corpo passivo. Mas essa passividade não deve ser entendida que o corpo é uma pura passividade, assim como um corpo ativo não é pura atividade. Um corpo passivo, no qual há a predominância das forças reativas, é aquele em que as ações estão fundadas no ressentimento. Esse corpo caracteriza-se por criar pra si uma natureza, um tipo de vida em que se vê isolado de outros corpos, de outras forças; em que seus movimentos obedecem a um padrão, a uma norma fixa de se viver e que busca fazer dos outros corpos semelhantes a si.

Nessa afirmação das forças reativas, na produção de um corpo passivo, o corpo é tido como uma instância negativa, despotencializada. Priva-se o corpo daquilo que ele pode vir a ser, de ser afetado pelo que o rodeia. A afetação frente a outras forças pode até ocorrer, porém ela não será vetor para potencializar os corpos a produzir novos modos de vida. Haverá uma afirmação dos valores já existentes e consolidados, em detrimento de possibilidades de construir novos valores para si.

Se dentro de uma relação de forças sempre haverá forças resistentes, que reagem, um corpo ativo pode ser considerado um corpo resistente, um corpo que se permite ser afetado e afetar o que está a sua volta, que re-age, ao que lhe atravessa, visando à produção de novos modos de existência.

O corpo, as cidades e o movimento

Richard Sennett (1994/2006) interessou-se por estudar de que forma a velocidade dos movimentos, impostos pelas novas arquiteturas das cidades, estavam ligadas à produção de distanciamento entre os corpos, pois a locomoção por entre os locais

urbanos passou a ser feita de uma forma desconectada ao que estava a sua volta; o espaço virando um mero lugar de passagem. Criam-se condições de movimentos sem obstáculos, nos quais os indivíduos podem facilmente transitar, mas ao mesmo tempo criam-se corpos passivos ao que está em volta, ao próprio tipo de movimento que passa a vigorar. Essa passividade, que segundo o autor advém da modernidade até os nossos dias, aparece como um acontecimento singular na história do ocidente, rompendo as ligações contínuas, lineares que se acreditava ter entre presente e passado.

Assim como em Foucault, Sennett vê o corpo como um produto histórico, que se produz por vários atravessamentos, em determinadas épocas históricas e que ocupam um espaço característico nas cidades. Para ele, existe uma imagem ideal do corpo para cada época. Essas imagens são adaptadas nos projetos arquitetônicos e urbanísticos de uma cidade. A forma como se pensa o corpo, em um dado momento, está também expressa nas formas urbanas.

A descoberta sobre como se dava a circulação sanguínea no corpo humano, por exemplo, por William Harvey, em 1628, muda a forma de compreensão do corpo. Sua estrutura, seu estado de saúde, a relação com o ambiente etc. emerge um novo modelo de corpo, juntamente com o advento do capitalismo, somando-se essas ideias ao surgimento do individualismo.

As ideias de Adam Smith, sobre a livre circulação do mercado, aproximavam-se dessa ideia da circulação sanguínea no corpo humano, ditada por Harvey. A circulação de bens e dinheiro era mais lucrativa do que uma propriedade fixa e estável. Era preciso deixar circular livremente as mercadorias. E era preciso que cada um se diferenciasse individualmente nos negócios, apostando mais em si, desfazendo princípios como os de lealdade, o que valia era ordem estabelecida pelo mercado livre. Desse jeito, poder-se-ia circular por toda a sociedade, explorar posses e habilidades. Porém, esse novo tipo de comportamento torna os corpos mais insensíveis. É um tipo de movimento que se esquia do contato entre estes, esquia-se também de certas sensações singulares. O tipo de movimento, emergente nessa época, ajuda a desensibilizar o corpo.

Outra questão trazida pela descoberta de Harvey foi que, no início do séc. XVIII, a urbanização das cidades passou a ser uma questão de saúde pública. As vias que eram construídas tinham um caráter de possibilitar aos corpos um movimento mais fácil, sem obstáculos, assim como a circulação sanguínea por entre as veias ou artérias. Era comum usar os termos “veias” ou “artérias” para se referir às vias públicas. Começou-se a produzir saberes que se concentravam, cada vez mais, na saúde do corpo. E, a partir de como se entendia o corpo, essa nova visão de um corpo saudável, individual, provocaram-se mudanças entre estes e o ambiente humano.

O ar passou a ser visto tal como o sangue, que deve percorrer o corpo. A pele seria a membrana que permite que corpo respire, por onde o ar penetraria. Com isso, buscavam-se meios de purificar a pele. Uma pele suja impede que o corpo respire, não é algo saudável. Antes, a pele suja, incrustada, era vista como algo natural, saudável. Era comum deixar nos corpos resíduos de fezes ou urina, até mesmo nas crianças, pois era uma forma, acreditava-se, de nutrir a pele e uma forma de proteção das intempéries. Evitava-se o banho, para que não se perdesse algo que fazia parte da pele.

Com essas novas ideias de um corpo saudável se firmando, hábitos começaram a mudar nos meios urbanos, isso nos meios de classe média e alta, pessoas da nobreza e de algumas classes privilegiadas. Voltou-se a moda de tomar banho; o uso de papel descartável para limpeza pós defecação tornou-se algo presente; mudança na vestimenta (roupas que permitissem o corpo respirar, não mais roupas muito pesadas). As roupas mais leves trouxeram o costume de tomar banho, pois não dava mais para esconder o mau cheiro com as roupas pesadas e nem com as fortes fragrâncias existentes.

Toda essa mudança de costumes provoca mudanças também no meio urbano, que passa a querer garantir um ambiente saudável aos corpos. Em meados do séc. XVIII, passou-se a ter uma preocupação com a limpeza das vias urbanas: criaram-se sistemas de esgotos subterrâneos, por onde os excrementos poderiam fluir para fora das ruas, sem cruzar com os transeuntes. Em cidades com Londres e Paris foram criadas leis que proibiam jogar os dejetos ou entulhos nas portas das casas. As cidades passaram a funcionar de um jeito que permitisse esse livre tráfego de corpos saudáveis, limpos, por locais com as mesmas características.

Nessa busca por um ambiente urbano que permitisse a livre circulação dos indivíduos, tendo por base o sistema circulatório, ideias como as de Adam Smith sobre as atividades econômicas, encaixavam-se muito bem à nova forma de enxergar os espaços urbanos. Alguns economistas do séc. XVIII, seguidores de Smith, viam a atividade econômica como saudável, quando esta pudesse circular livremente, possibilitando uma respiração das mercadorias. Essa livre circulação econômica nutriria a sociedade. Smith demonstrou como, através da divisão do trabalho, com base no livre mercado, os envolvidos desenvolveriam atividades individuais distintas. O indivíduo econômico era um ser social e essa divisão garantiria que cada um precisasse de todos para fazer seu trabalho.

Na França da época da Revolução Francesa, uma nova imagem do corpo emerge. Um dos símbolos da revolução, a estátua de Marianne, a qual tinha afeições de deusas gregas e que era sempre pintada ou esculpida com os seios de fora, representava o novo Estado nascente e seus seios à mostra indicavam que qualquer cidadão teria livre acesso a eles. O seio, como símbolo da nutrição, que garantia a sobrevivência. Nessa época, as mães das classes mais nobres voltam a amamentar seus filhos, antes papel das amas-de-leite. O ato da amamentação ganhava não só na conotação de ligação entre mãe-filho, como também entre governo-povo. Com isso, o leite toma o lugar do sangue de Harvey. A ideia da movimentação e circulação dos indivíduos continua como livre e vital. A revolução francesa cria espaços, nas cidades, onde os cidadãos pudessem exercer sua liberdade à luz de Marianne. Porém, essa liberdade no espaço conflitava com a liberdade no corpo.

Paris começou a ser reconstruída, criando-se espaços onde os ideais revolucionários de Liberdade, Igualdade e Fraternidade pudessem ser vivenciados. Criaram-se áreas vazias, extensões livres de obstáculos que permitissem o livre movimento. Era a visão iluminista da garantia do direito de ir e vir.

Num plano abstrato, a conexão entre corpo e movimento livre e espaço vazio poderia parecer lógica; materialmente, entre- tanto, seria estranho imaginar uma mulher cuidando de uma criança no meio do vazio, sem nenhum outro sinal de vida em torno. Os parisienses não demoraram a perceber isso nas ruas da cidade. (Sennett, 1994/2006, p. 241).

Essa liberdade proporcionada nos campos abertos, também favorecia a máxima vigilância do Estado sobre a multidão. Esses novos espaços de liberdade pacificaram as massas. Por exemplo, os espaços destinados às execuções dos condenados, na guilhotina, demonstram bem isso. No Antigo Regime, os rituais de execução tinham a participação ativa tanto do carrasco, quanto da população que assistia. Nessa época, o carrasco sempre buscava surpreender o público com novos truques para a tortura. Já o público poderia até interferir no ritual, caso percebesse que o carrasco não o fizesse dentro das normas existentes. Ainda nesses rituais, esperava-se do acometido, confissões de seus pecados, para que assim fosse perdoado antes da morte, com o intuito que sua alma não fosse para o inferno. Era-lhe dado o direito ao perdão divino. Já nas execuções francesas do final do séc. XVIII, tanto o carrasco como o povo e mesmo o condenado, tinham papel bem passivos: o carrasco somente liberava a lâmina que cortaria a cabeça do condenado; este esperava a morte, calado; enquanto o público apenas assistia. Com exceção do trajeto que o prisioneiro percorria até a praça onde se encontrava a guilhotina, no qual a população podia-lhe dirigir impropérios ou palavras de encorajamento, os outros momentos da execução eram sem nenhuma participação, eram somente para visualização. “Ali, o corpo do condenado ingressava num espaço livre de obstáculos, vazio” (SENNETT, 1994/2006, p. 246).

Esses grandes espaços também quebravam o contato visual e visceral da massa com os condenados. Por serem amplos e ocupados por muita gente, existiam aqueles que nem sequer viam nada. Muitas vezes, o palco destinado à lâmina estava envolto por um grande número de soldados, para evitar que houvesse contato da população com o condenado; assim, além do espaço ser amplo, ter muita gente, a distância entre a população e o ato também era barrada pela camada de soldados. Não se via, não se ouvia, apenas sabia-se do ocorrido. A morte na guilhotina criou corpos passivos, que são meros espectadores do que se passa ao seu redor.

Qualquer pessoa que já tenha mantido contato com a burocracia estatal poderá entender perfeitamente o significado da guilhotina. A neutralidade permite ao poder operar sem responsabilidade. O espaço vazio é bem apropriado ao seu funcionamento evasivo. [...] Neles, as massas sentiam-se liberadas do entendimento ético-jurídico e determinação volitiva que constituem o pressuposto da punibilidade; as grandes praças abertas “suspendiam” o fardo visceral do engajamento, ensejando um voyeurismo coletivo. (Sennett, 1994/2006, p.250).

Através de rituais festivos, buscava-se disseminar pela população francesa os ideais da Revolução; queria-se criar cidadãos franceses com base nas premissas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Tentou-se, através de festividades, que tinham vestimentas próprias, um circuito que mais parecia uma procissão religiosa, com canções e danças que enalteciam a revolução. Desejava-se disciplinar a plebe com esses

novos valores e também seria uma forma de, ao introjetarem esses novos valores, ela não se levantasse contra a nova ordem. Mas, não houve sucesso nessa estratégia. Esses festivais da revolução acabaram com a experiência visceral da liberdade, se firmava outra ideia de liberdade, liberdade do movimento, do direito de ir e vir, em um espaço vazio, de um corpo individual. Era a garantia dos direitos de liberdade individual.

Ao passo que esse movimento livre domava o corpo, foi preciso que se conseguisse satisfazer os desejos de vínculo fraternal e sociável entre os cidadãos. Desse modo, a sociabilidade começou a adquirir um caráter abstrato, sendo reverenciada como se reverencia uma estátua, monumento público, como algo consolidado e que não teria como não fazê-lo, não reverenciá-lo.

Na metade do séc. XIX, as nações ocidentais tiveram um boom de transformações geoeconômicas. Cada vez mais urbanas, não dependiam tanto do setor rural, antes grande fornecedor de matérias primas, que, agora, vinham de outros países. Isso fez com que houvesse um êxodo do campo para as cidades. Mas não era somente um êxodo devido a essa questão de mudanças comerciais; nessa época, era comum pessoas que saíam de seus locais, para vivenciar a rotina dos grandes centros.

Essa população, advinda da zona rural para as grandes cidades, era logo encaminhada para os espaços periféricos, ainda mais porque, em cidades como Londres, durante o séc. XVIII, as habitações dos mais pobres, que antes ocupavam espaços mais centrais na cidade, passaram a ser demolidas, pois os donos das terras começaram a construção de casas para a classe média e rica. Os espaços urbanos mais centrais, nas grandes cidades europeias, ganharam status de espaços nobres. E isso prosseguiu por todo o séc. XIX. Era a “Renovação Urbana” londrina, uma homegeinização dos espaços. Criavam-se espaços de disseminação do individualismo.

As cidades do séc. XIX eram planejadas para permitir a livre circulação dos corpos individuais e desencorajava o contato entre estes; por conseguinte, os movimentos populacionais organizados. Corpos que transitam desligados do que está a sua volta, por onde estão passando, “vidas isoladas e mutuamente indiferentes garantem um equilíbrio social infeliz.” (SENNETT, 1994/2006, p.264).

Individualismo e velocidade se juntam dessensibilizando cada vez mais o movimento dos corpos modernos. Obras de urbanização, como a do Regent’s Park em Londres, seguiam essa premissa da velocidade dos movimentos dos corpos.

Criado sobre o velho Marylebone Park, Regent’s Park possui uma extensão enorme. Nash quis que toda área fosse nivelada e decidiu que seu “pulmão” fosse de grama; [...]. Durante a era vitoriana, esse grande e macio tapete a céu aberto não deixou de atrair grupos organizados. Mas Nash prevenira-se contra isso, planejando uma calçada que permitia o movimento rápido, em torno do parque, circulando-o pelo lado de fora da cerca e carregando o trânsito mais pesado para longe. [...]. Todos os obstáculos que existiam foram demolidos, aplainados ou corrigidos, até mesmo o leito de um canal que corria através do jardim público, a fim de garantir-se que as carruagens não teriam sua marcha veloz interrompida. (Sennett, 1994/2006, p.266).

Londres era mais voltada à velocidade que pessoas. Os blocos residenciais possuíam cerca de vinte casas cada um; sendo assim, ficava difícil o contato entre as

pessoas. Existia um padrão de construção estabelecido por lei, que não permitia construções individuais, ou melhor, singulares. Eram imensos e monótonos quarteirões que se chocavam a espaços floridos. A vista de algumas casas não permitia um olhar da movimentação urbana. Todo o desenho urbano criado dificultava o acesso de muitos ao Regent's Park; o fluxo dos veículos era uma das coisas que dificultava o acesso das pessoas ao parque, pois, como era constante, o simples fato de atravessar a avenida que cortava todo o contorno do parque era complicado.

Na Paris da mesma época, um projeto de urbanização, a pedido do Imperador Napoleão III e desenvolvido pelo barão de Haussmann, fez com que as vias criadas para a circulação dos veículos e indivíduos fossem especificadas. Existiam vias para as mercadorias entrarem nas cidades, para saírem; vias para tráfego comum, as ruas desenvolvidas permitiam a passagem de duas carruagens, uma em uma mão e outra mão oposta, para assim ficar mais fácil o controle e contenção de aglomerações. Mais uma vez, assim como em Londres, essas vias de fluxo intenso não permitirão nem parar para uma pequena fofoca, quanto mais parar uma organização em massa de algum grupo político, por exemplo.

Na época em que foram criadas essas inovações tecnológicas de urbanização e arquitetura, o que se queria era um maior fluxo dos corpos, dando-lhe também mais conforto, porém, com essa característica passiva, onde os corpos não mais se encontrassem. “O corpo em movimento, desfrutando de cada vez mais comodidade, viaja sozinho e em silêncio: anda para trás, do ponto de vista social.” (SENNETT, 1994/2006, p.273).

Essa comodidade passa a ser algo almejado, uma vez que, nessa época, se exigia muito dos corpos, a exemplo das fábricas, que chegavam a aplicar uma jornada de até 14 horas seguidas. Nisso, o corpo exausto comprometia a produção. Era preciso descobrir modos de garantir o conforto dos corpos: o modo mais cômodo de viajar; trabalhar; mobílias mais confortáveis; etc., mas era uma comodidade de forma individual, que afastasse ainda mais as pessoas.

Poltronas confortáveis nos meios de transportes como trem, no qual eram dispostas de frente para outras, passaram a causar desconforto aos passageiros, pois teriam que se encarar em silêncio; contudo, possibilitavam também uma leitura durante a viagem. O que imperava era o silêncio entre os indivíduos. Mesmo nas ruas, isso ocorria: não se permitia ser abordado por algum estranho. E, com o desenvolvimento dos vagões americanos, nos quais as poltronas eram dispostas umas atrás das outras, é que esse silêncio tomou conta dos transportes. Cruzavam-se grandes distâncias sem pronunciar-se uma só palavra a outrem. E, isso não ficou restrito aos meios de transportes; espaços antes destinados à coletivização de experiências, discussão de temas variados, viraram espaços de vivência do individualismo, como é o caso dos Cafés Parisienses.

Os Cafés, que antes tinham como característica serem pontos de encontro para bate-papo, discussões políticas ou sobre o cotidiano, entre estranhos, sendo pré-requisito apenas comprar um café, para participar das rodas, transformou-se em um espaço de silêncio. Segundo Sennett, um dos acontecimentos para isso foi, por exemplo, que, nos cafés franceses, a colocação de mesas e cadeiras foi feita nas calçadas dos Cafés, antes

sendo um espaço interno, onde as pessoas conviviam e conversavam. Com esse acontecimento, os corpos investem as atenções para o movimento urbano. Este interessa mais que os bate-papos. Prefere-se olhar a paisagem a falar com alguém. Virou um local onde quem ia queria ficar a sós, em silêncio. Os Cafés passaram a proporcionar espaços de individualidade e passividade.

O movimento dos corpos estimulados desde o séc. XVIII buscava com que eles pudessem “respirar”, que os espaços criados estimulasse as atividades aeróbicas, mesmo que isso ocasionasse numa passividade do indivíduo frente as essas atividades que desenvolvia. A ideia era criar espaços que garantissem um bem-estar à saúde dos corpos. No início do séc. XX, o que se percebe é que os corpos se movimentam por espaços cada vez mais velozes, com o mínimo ou nenhum esforço. O corpo toma uma posição fixa, permanece nela e passa pelos espaços. É um movimento monótono. Isso diminui a capacidade de percepção e afetação dos corpos, tornando-os cada vez mais passivos.

Segundo Sant’Anna (2001/2005), a invenção do mundo dos deslocamentos mais velozes, através dos automóveis, trens e aviões, cria novas formas de liberdade, porém também cria agonias, desconfortos. Com advento desses novos meios de circulação por entre os espaços, o que nos passa é muito pouco percebido. As paisagens vão desaparecendo, os corpos também desaparecem em favor de uma velocidade dos movimentos, que impedem de enxergarmos os nossos limites singulares. Por mais que se esteja em movimento, os corpos sentem-se estacionados. A viagem torna-se apenas uma mudança de desenho, de uma localidade.

Se a velocidade produz essa dessensibilização, essa passividade aos corpos que se movimentam, a lentidão traz a dimensão singular das paisagens, permite afetar os corpos. Essa lentidão não seria, necessariamente, um oposto à velocidade. Ela pode ser definida e experimentada de múltiplas formas. Ela é uma escolha ativa; ela nos reconecta com as potências dos nossos corpos, de afetar e ser afetado por essa velocidade dos movimentos. Permite-nos lidar com as coisas que nos rodeiam a partir de suas singularidades. Ela traz o reconhecimento do limite de certas coisas, de estar atento à espessura do tempo, seu peso, à multiplicidade dos ritmos, movimentos, da condição do cansaço também.

Numa sociedade que intenta derrubar os obstáculos que impedem a fluidez dos movimentos, o corpo aparecendo como mais um obstáculo para que se tenha acesso em todos os lugares, passando por variados tempos e culturas, é um corpo que tem que ser superado, como uma barreira que impede alcançar um modo de se locomover ideal, que não atrapalhe o fluxo “normal” da vida urbana. Um corpo que resiste é a todo tempo ameaçado pela compulsão consumista, é um corpo inquieto, incerto, por achar que não dará conta, de forma “eficiente”, do que lhe exigem.

Quando a norma não é mais fundada sobre a disciplina e a culpa, e sim sobre a responsabilidade e a iniciativa, aqueles que não conseguem ser responsáveis e ter iniciativa são considerados insuficientes. (Sant’Anna, 2001/2005, p.26).

Não só as cidades foram se estruturando, como os novos designers para os carros também. Uma boa aerodinâmica no corpo do carro lhe permitiria ter mais velocidade, mais eficiência. Uma forma de trabalhar cada vez melhor, que pudesse queimar o máximo possível de combustível, para que produzisse boa quantidade de energia que viria a movimentar o automóvel. Com os corpos dos indivíduos, a lógica é semelhante. Tudo que servisse ao bem do corpo – roupas, alimentos etc. – teria que lhe permitir “trabalhar cada vez mais rápido, queimar com facilidade os alimentos e transformá-los em energia produtiva” (SANT’ANNA, 2001/2005, p.44). Surgiram várias formas de se ter um cuidado com a “aerodinâmica” do corpo: depilações de pernas e axilas, cremes antirrugas, lingerie, superdietas, etc.

Mas, esse incentivo à livre circulação dos corpos e veículos tem seu preço. Hoje é comum, nas grandes cidades, criadas para permitir o movimento frenético dos carros, engarrafamentos quilométricos, que impedem o movimento desejado. Nesses lugares destinados aos carros, mesmo que parados, o corpo-pedestre se encolhe. Para estes, são criados espaços específicos de livre movimento. São centros de lazer e de encontro, espaços como shoppings centers, megacondomínios fechados, ruas particulares etc.: espaços onde os corpos estão “livres” para se expressarem, o que está intimamente ligado à liberdade de consumo, em que se tem fácil acesso e velocidade de comunicação, só que são espaços privados, fechados.

Estamos mais conectados e mais isolados. A liberdade e a velocidade de comunicação conquistadas não garantiram a superação do gritante descompasso entre a míngua vida social nas ruas submissas ao automóvel e sociabilidade vivenciada em locais fechados, incluindo os de moradia. (Sant’Anna, 2001/2005, p.47).

As novas tecnologias nos permitem conectar a outros, de uma forma mais veloz, contudo com um nível de contato não tão presencial. Ao mesmo tempo em que temos essa facilidade de nos conectarmos, estando nesses circuitos fechados, como os condomínios, somos bombardeados, ao sairmos desse local, por uma forma de vida que nos faz fecharmo-nos para o outro, seja diferente ou não, basta ser desconhecido para nos ameaçar. Somos forçados a manter nossa individualidade como forma de ficarmos a salvo do outro.

O tempo que se impõe aos corpos não lhes permite pensar. Pode haver acúmulo de informações, mas não há assimilação do que se absorveu. Somos meros receptadores do que está a nossa volta, sem nenhum questionamento criativo.

Considerações finais

O que obras como a de Sennett e a de Sant’Anna, bem como os modos de pensar a história a partir de Michel Foucault, nos fazem pensar é que não há como levantar uma discussão sobre a produção do corpo, seja ele na contemporaneidade, ou em outra época histórica, sem levar em consideração esse contexto, em seus mínimos detalhes. Mínimos no sentido dos que nos parecem ser os mais simples, como, por exemplo, a

existência de uma dada forma de se vestir, mas que esse costume possibilita-nos pensar que formas de se relacionar com o corpo existiam. Além disso, nos permite também perceber algo que já foi apontado no começo deste texto: não dá para pensar o indivíduo dissociado da sociedade e vice-versa. Modos de se pensar o corpo, o sujeito, produzem uma determinada forma de se relacionar socialmente. Esse tipo de reflexão nos proporciona uma dimensão ética de pensarmos o que estamos fazendo de nós mesmos, de nossos corpos e com o corpo dos outros; nos reconecta com as potências de nossos corpos, para assim podermos nos abrir para produção de novos modos de existência.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. (2007). A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história* (pp. 165-182). Bauru, SP: Edusc.
- _____. Experiência: uma fissura no silêncio. In: Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história* (pp. 133-148). Bauru, SP: Edusc.
- _____. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história* (pp. 149-164). Bauru, SP: Edusc.
- Elias, Nobert. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault (1994). «Conversazione con Michel Foucault» («Entretien avec Michel Foucault»; entretien avec D. Trombadori, Paris, fin 1978), Il Contributo, 4e année, no 1, janvier-mars 1980, pp. 23-84. In Dits et Ecrits, vol. IV, p. 41-95. Paris: Gallimard.
- _____. (2005). Introdução. In: Foucault, M. *Arqueologia do saber* (pp. 3-44). (7. ed.). Tradução . Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária. (Original publicado em 2001).
- _____. (2006). Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: Foucault, M. Ditos & Escritos IV. *Estratégia, Poder-Saber* (pp. 335-351). (2.ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2008) Nietzsche, a genealogia e a história. In: Foucault, M. *Microfísica do Poder* (pp. 15-37). (25. ed). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Mangueira, Maurício. (2001). *Microfísica das criações parciais: pensamento, subjetividade e pratica a partir de Nietzsche e Deleuze*. São Cristóvão, SE: EDUFS e Fund. Oviêdo Teixeira.
- Rago, M. (2002). Libertar a história. In: Veiga-Neto, A (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze* (pp; 255-272). Rio de Janeiro: DP&A.
- Rodrigues, Heliana de Barros Conde (1998). Quando Clio encontra Psyché: pistas para um (des)caminho formativo. *Cadernos Transdisciplinares*, 1, 33-69.

- Rodrigues, Helmir. O. (2007). *Contribuições da 'Nova História' dos Annales ao fazer história da psicologia*. (Monografia de Graduação em Psicologia). São Cristóvão: Departamento de Psicologia. Universidade Federal de Sergipe.
- Sant'Anna, Denise Bernuzzi de. (2005). *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. (2. ed). São Paulo, SP: Estação Liberdade. (Original publicado em 2001).
- Sennett, Richard. (2006). *Carne e Pedra*. (4. ed). Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro, RJ: Record. (Original publicado em 1994).

Submetido em junho de 2014

Aceito em setembro de 2014